

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA

Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

Unidade Camponesa: resistência e processos de luta em Goiás

Luiz Henrique de Gomes Moura (zarref@gmail.com ; MST e UFG / IESA)

Thiago Sebastião de Melo (thiagomelo13@yahoo.com.br ; UFG / IESA)

José Valdir Misnerovicz (valdirgoias@hotmail.com ; MST e UFG / IESA)

Resumo

A luta pela terra no Brasil é inegavelmente a luta pelo reposicionamento do Estado. Isso exige, impreterivelmente, questionar o projeto de país que está em curso. Os movimentos sociais, nesse caso notadamente os movimentos de luta pela terra, com merecido destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, são agentes fundamentais nessa dinâmica. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar e refletir sobre o contexto em que a unidade do campesinato goiano conseguiu, nessa mediação conflituosa com o Estado, que seja criada uma lei estadual que estabelece um fundo para agricultura camponesa (chamada agricultura familiar nas políticas públicas, o que de forma alguma é desprovido de intencionalidade) e como esta conquista dos camponeses está intimamente vinculada aos conceitos de soberania alimentar e de território classista. Para tanto, além da experiência acumulada no próprio exercício da militância que fornece elementos empíricos valiosos para as análises procedidas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório sobre temas atinentes ao objetivo. Por fim, aponta-se que essa importante política pública, ainda em vias de criação, decorre da força da unidade camponesa, que reafirma a atualidade dos antagonismos de classe e a necessidade de desvelar seus significados contemporâneos.

Introdução

O Brasil vive um momento social e político conturbado e de difícil compreensão. Não reconhecer que há diferenças importantes no campo social entre as conduções bi-polarizadas no concernente ao Governo Federal, e deixar de entender a própria postura do Estado em função desse sistema político-partidário nacional, desdobra numa incapacidade analítica para lidar com o cenário que se apresenta.

Não há dúvidas, entretanto, que tanto o Partido dos Trabalhadores – PT, quanto o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, têm fortes vínculos com a reprodução do capital, tanto nacional quanto internacional. Isso só reforça a leitura de que esse sistema representativo parlamentar, sobretudo no caso brasileiro, está falido, como já apontou de forma mais ampla Zizek (2011).

Todavia, é necessário para o conjunto da sociedade brasileira lidar com esse sistema, seja para reformá-lo, seja para superá-lo. O que se faz ainda mais latente no caso dos movimentos sociais, para quem a luta e a pressão são os instrumentos de diálogo com governos e Estado, ao mesmo tempo em que as conquistas de caráter mais imediato são fundamentais para o fortalecimento de suas bases. A história se vinga quando não compreendemos as dinâmicas de sua transformação (Sader, 2005). Conseguir aprofundar as conquistas em termos sociais, sem se comprometer (ser cooptado) com os interesses partidários, é o desafio colocado para os movimentos sociais nesse momento histórico. Essa autonomia e capacidade de (re)organização, possibilita a consolidação, como resultado dos embates com os interesses capitalistas, de alternativas que sustentem outro projeto de país.

A prática dos movimentos sociais se efetiva como componente da premência de repensarmos que objetivos estão sendo buscados sob o rótulo de desenvolvimento (Peet, 2007; Pires, 2007; Gomes, 2007). É preciso questionar, analisar e aprender com tais práticas. Isso é o que justifica as análises apresentadas neste trabalho. Com o objetivo geral de mensurar as potencialidades e limites das práticas dos movimentos sociais, nesse caso notadamente os de luta pela terra, o texto apresenta e reflexiona sobre o contexto em que a unidade de distintos movimentos sociais camponeses de Goiás conseguiu, nessa mediação conflituosa com o Estado, a construção de um projeto de lei estadual pelo Executivo local. Tal projeto, de caráter inédito no Brasil, estabelece uma série de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa, atendendo à demanda de diversas pautas pontualmente levantadas em lutas anteriores destes movimentos sociais.

Compreendemos que tal processo de articulação, luta e conquista está intimamente vinculada aos conceitos de soberania alimentar e de território classista. Para tanto, além da experiência acumulada no próprio exercício da militância que fornece elementos empíricos valiosos para as análises procedidas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório sobre temas atinentes ao objetivo.

A apresentação foi dividida em tópicos, cujos conteúdos têm relevância analítica individualmente, e em seu conjunto conferem a unidade temática e proporcionam elementos para as considerações expostas. Primeiramente, há um resgate do histórico de formação do campesinato, com foco em Goiás. Na sequência a contextualização das mobilizações da unidade camponesa em nível nacional e estadual, a qual conquistou o compromisso de elaboração, pelo executivo estadual, de uma lei que cria uma política estrutural de fortalecimento da agricultura camponesa. Por fim, seguem-se apontamentos sobre a soberania alimentar e território, que são pilares da reforma agrária proposta pelos movimentos sociais. Por fim, expõe-se o que é possível vislumbrar a partir dessa

Campesinato Goiano na Atualidade

Historicamente, a (re)produção dos latifundiários no Centro-Oeste e em Goiás encontrou condições crescentes de apoio tecnológico, logístico, financeiro e legal, enquanto a produção camponesa enfrentava restrições de produção e comercialização (Calaça; Inocencio, 2011). Todo um sistema de armazenagem e beneficiamento foi desenvolvido, inclusive com apoio estatal, voltado para os grandes produtores e voltado para algumas poucas culturas, enquanto o campesinato matinha suas formas ancestrais de conservação dos alimentos e circulação da mercadoria, muito limitadas para a nova relação tempo-espaço imposta pelo capitalismo na segunda metade do século XX.

Com esse estrangulamento econômico-produtivo, o campesinato sofreu diferentes processos de expulsão forçada, por meio de coações, violências materiais e assassinatos. As lutas precognizadas em Trombas e Formoso materializaram-se em diversas regiões, principalmente no Centro-Norte do país, criando as bases das organizações populares que eclodiram nas décadas de 1970 e 1980, às quais voltaremos no tópico seguinte.

Essa realidade significou a redução drástica da população camponesa no Brasil. Como podemos observar na tabela 01, é exatamente após o início da ditadura militar que as taxas de redução da população rural alcançaram níveis superiores a 20%. Grandes fluxos migratórios surgiram rumo às capitais do sudeste, à Brasília e à Goiânia, em sagas coletivas e individuais narradas em cantos, filmes e prosas, e amplamente estudadas ao longo dessas décadas.

Tabela 01. Relação entre população urbana e rural no Brasil entre 1940 e 2010

Anos	Total	Total Urbana	% da população total	Total Rural	% da população total	Taxa de redução da população rural
1940	41.236.315	12.880.182	31%	28.356.133	69%	
1950	51.944.397	18.782.891	36%	33.161.506	64%	- 7,16%
1960	70.070.457	31.303.034	45%	38.767.423	55%	- 13,34%
1970	93.139.037	52.084.984	56%	41.054.053	44%	- 20,33%
1980	119.002.706	80.436.409	68%	38.566.297	32%	- 26,48%
1991	146.825.475	110.990.990	76%	35.834.485	24%	- 24,69%
2000	169.872.856	137.925.238	81%	31.947.618	19%	- 22,94%
2010	190.755.799	160.925.792	84%	29.830.007	16%	- 16,85%

Fonte: Série Histórica – Censo Demográfico (IBGE)

Ao mesmo tempo, engendrou-se um consistente processo de convencimento ideológico sobre esse projeto desenvolvido pelas elites brasileiras. Para que essas massas camponesas diminuíssem seu potencial de reconhecimento enquanto classe, trabalhou-se a construção de uma superioridade da cidade sobre o campo, elemento determinante para compreender o movimento da realidade nos dias atuais. O campo – ou o rural – configurou-se como representante de um país atrasado, arcaico, enquanto a cidade – ou o urbano – representava o progresso, o desenvolvimento, o sucesso (Sauer, 2010).

Para consolidar essa ideologia, a ditadura militar empenhou-se na construção de uma indústria cultural brasileira, alicerçada em grandes impérios midiáticos (Villas Boas, 2012), principalmente televisivos, mas também radiofônicos, os quais perduram até hoje. A cultura popular originária no campo, fundada na relação ser humano-natureza mediada pelo trabalho e reflexo das contradições da vida camponesa, passou por um forte processo de mercantilização e centralização, apartando o camponês de sua própria cultura. O legado cultural camponês ficou restrito a um me-

canismo nostálgico, que cabia dentro de uma estratégia cultural maior de glorificação do urbano e do progresso.

A junção entre revolução verde, indústria cultural e repressão militar transformou o modo de vida camponês em uma espécie de maldição²⁹⁸, que só foi contestada com a retomada dos movimentos camponeses e agrários no final da década de 1970. Esse processo histórico conformou-se de forma heterogênea em território nacional, mas manteve uma mesma matriz conservadora.

O estado de Goiás manteve a mesma tendência, porém com uma década de atraso e com índices mais acentuados, como podemos ver na tabela 02. Foi na década de 1970 que se gestou a grande inversão de capital estatal em prol da modernização conservadora nos Cerrados (EMBRAPA, PRODECER, entre outros), e os impactos só foram realmente sentidos na década seguinte. Nas décadas de 1980 e 1990 o campesinato goiano decresce a taxas anuais de aproximadamente 40%, ritmo que só veio a reduzir na primeira década dos anos 2000, quando o campesinato mais resiliente ao avanço do capital e a força dos movimentos sociais refrearam os fluxos de migração.

Tabela 02. Relação entre população urbana e rural em Goiás entre 1940 e 2010

Anos	Total	Total Urbana	% da população total	Total Rural	% da população total	Taxa de redução da população rural
1960	1.626.376	541.469	0,33	1.084.907	0,67	-
1970	2.460.007	1.134.242	0,46	1.325.765	0,54	- 19,21%
1980	3.229.219	2.172.965	0,67	1.056.254	0,33	- 39,31%
1991	4.012.562	3.241.119	0,81	771.443	0,19	- 41,22%
2000	4.996.439	4.390.660	0,88	605.779	0,12	- 36,94%
2010	6.003.788	5.420.714	0,90	583.074	0,10	- 19,90%

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE)

²⁹⁸ Sugerimos assistir o filme “O Homem que Virou Suco” (1981), onde esses elementos são amplamente abordados.

É com essa situação demográfica, de redução drástica do campesinato nacional, que se organiza a forma mais avançada do capital no campo, o agronegócio, principalmente após a segunda metade da década de 1990. Com o domínio das tecnologias produtivas cada vez mais nas mãos das grandes empresas transnacionais, forte apoio do aparato midiático e a decisão dos governos federais e estaduais dos últimos 20 anos de incentivo estruturante a esse modelo, o agronegócio superou ideologicamente a o caráter arcaico do latifúndio – mas não sua estrutural material - e estabeleceu um novo período de acumulação do capitalismo agrário brasileiro e internacional.

Há uma diferença substancial entre a perspectiva política do agronegócio e a do latifúndio. Enquanto o último era demarcadamente o projeto de uma única classe, o agronegócio atua como projeto hegemônico para o campo. É um projeto das elites, mas que permite certas concessões para abarcar frações das classes populares e médias sob seu “guarda-chuva”.

Para um projeto hegemônico, o agronegócio necessita articular meios de produção agropecuários e midiáticos, avançando no domínio do sistema produtivo (como é visto na avicultura, na suinocultura, no tabaco e mesmo na soja, no milho e na cana), nas formas de extração da renda da terra e no convencimento ideológico. Comprovação de tal articulação é a composição da própria Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), onde estão reunidos latifundiários brasileiros, transnacionais e complexos midiáticos como as Organizações Globo e a Rede Bandeirantes. É, portanto, um aprimoramento da tática utilizada pela Ditadura Empresarial-Militar.

Esse projeto hegemônico não apenas absorve o campesinato mais capitalizado²⁹⁹, mas também alicia os jovens camponeses, e, juntamente com o urbano, “suga” o sangue novo do campesinato constantemente³⁰⁰. Tais afirmações são corroboradas pela tabela 03. Entre 2003 e 2011, a única faixa etária que sofreu redução populacional no campo foi a juventude entre 18 a 24 anos. De maneira mais ampla, podemos visualizar que entre os jovens de 10 aos 17 e de 25 aos 29 anos ocorre um crescimento pouco significativo da população em domicílios rurais. Entretanto, quando olhamos para as pessoas que estão em idades pouco úteis para o capital agrário, a taxa de cresci-

²⁹⁹ Segundo o Censo Agropecuário de 2006, cerca de 300 mil famílias se enquadram nessa fração da classe, de um universo de quatro milhões de famílias camponesas.

³⁰⁰ Cf. a ode ao agronegócio como demandador de trabalho escrita por um dos principais ideólogos das elites agrária, Xico Graziano, no artigo “Envelhecimento no Campo”, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.envelhecimento-no-campo,1159892.0.htm>>, onde o autor esconde os índices de retorno ao campo das faixas etárias mais maduras.

mento da população em domicílio rural aumenta drasticamente, alcançando índices de ¼ de aumento da população em menos de 10 anos.

Embora esses dados tratem de domicílio, e não exclusivamente de atividade econômica, devemos considerar que a população residente no rural está inserida nas frações do campesinato (capitalizado, tradicional, proletarizado). Sendo assim, o que esses índices nos demonstram? O projeto capitalista brasileiro, de negação do campesinato, não responde às necessidades da população, consumindo a energia dos mais jovens, mas impossibilitando uma vida digna. Passado o tempo “útil” para o capital, essas pessoas são “descartadas”, ficando impossibilitadas de continuar a viver na cidade. Porém, voltam ao campo com condições físicas e psicológicas gravemente comprometidas, o que as leva a condições críticas de vida, mesmo no campo.

Tabela 03. População residente em domicílio rural no Brasil (2003-2011)

	2003	2011	% variação entre 2003 e 2011
	(1.000 pessoas)	(1.000 pessoas)	
Grupos de idade (anos)			
10 a 14	3000	3166	5,24%
15 a 17	1805	1907	5,35%
18 a 19	1071	957	-11,91%
20 a 24	2327	2033	-14,46%
25 a 29	1974	2092	5,64%
30 a 39	3531	3950	10,61%
40 a 49	2914	3518	17,17%
50 a 59	2267	3028	25,13%
60 ou mais	2772	3735	25,78%

Fonte: Série de dados da PNAD (IBGE)

Essa saída em massa da juventude do campo acaba por inviabilizar o desenvolvimento das unidades produtivas camponesas. Sem força de trabalho familiar, a tendência é que os pais, que normalmente continuam no campo, se sujeitem a uma matriz tecnológica que dependa de menos força de trabalho, com a utilização de mecanização pesada, sementes híbridas ou transgênicas, adubos químico-industriais e agrotóxicos. A artificialização da natureza é a falsa solução apontada pelo capitalismo para um mal que ele mesmo gera. Aos que resistem (por convicção ou pelas precárias condições financeiras), resta reduzir as atividades produtivas, o que igualmente inviabiliza a reprodução da família a longo prazo.

Em Goiás, os dados estatísticos evidenciam o papel que o capital relegou ao campesinato goiano, de fornecedor de força de trabalho jovem e recebedor de pessoas vilipendiadas pela exploração da mais valia. A tabela 04 apresenta os altíssimos índices de redução da população rural entre 1991 e 2010 entre as faixas etárias mais jovens, e, por outro lado, o retorno ao campo pelas faixas etárias mais maduras, em idades que diminuem ou inviabilizam a reprodução social do campesinato.

Por ser Goiás um dos polos dinâmicos do agronegócio, da mineração e da construção civil, os dados estaduais são mais alarmantes que os nacionais. De forma mais intensa, o estágio atual de reprodução ampliada do capital, fortemente apoiado pelo Governo Federal e Estadual³⁰¹, deixa claro seus interesses de utilização da juventude como força de trabalho barata e descarte de homens e mulheres acima de 40 anos.

Tabela 04. População residente em domicílio rural em Goiás (1991-2010)

Grupos de idade	1991	2000	2010	Varição entre 1991 e 2010
10 a 14 anos	90.248	59.732	53.923	-40,3%

³⁰¹ O apoio irrestrito ao agronegócio dado pelos governos Federal e Estadual, apesar do aparente antagonismo das siglas partidárias que estão em ambos os espaços políticos, soma-se ao incentivo à instalação de grandes projetos mineroquímicos e hidroelétricos, o que se atrela à implantação da Ferrovia Norte-Sul e ao grande programa de recuperação, duplicação e privatização de rodovias federais e estaduais.

15 a 19 anos	79.326	56.663	44.946	-43,3%
20 a 24 anos	74.539	54.196	39.231	-47,4%
25 a 29 anos	67.520	51.339	43.280	-35,9%
30 a 34 anos	55.610	49.420	46.096	-17,1%
35 a 39 anos	46.641	44.530	45.225	-3,0%
40 a 44 anos	38.942	36.688	42.866	10,1%
45 a 49 anos	33.649	31.556	40.412	20,1%
50 a 54 anos ¹	28.029	-	35.888	28,0%
55 a 59 anos ¹	23.624	-	31.676	34,1%
60 a 69 anos ¹	-	33.456	44.715	33,7%
70 anos ou mais ¹	-	18.114	26.339	45,4%

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

¹As séries contém faixas etárias distintas, o que não inviabiliza a análise

No atual estágio da disputa de projeto de campo e de agricultura em Goiás, assim como em escala nacional e internacional, existe um conjunto de elementos atuais que precisam ser incluídos no processo de análise para além daqueles que envolve a juventude, soberania alimentar, modo de vida camponês, questão da migração cidade campo e a criação do novo camponês, que tem se comparado no processo de luta pela terra e reforma agrária da atualidade.

Compreendemos que há, juntamente com o campesinato tradicional, um novo camponês, que resulta da luta pela terra, após a conquista do seu objetivo, persistindo na luta para construir um território camponês, comprometido e engajado na luta contra o latifúndio e contra o modelo de agricultura capitalista, dominante, em escala internacional. Estamos definindo esse camponês como *novo* por ser um sujeito criado de forma coletiva. Um sujeito novo na luta pela terra. Por ter sua origem urbana, ou seja, não estava vivendo no campo da agricultura ao entrar para o movimento. Este novo camponês é parte do processo de recampesinização (Ploeg, 2008) e criação de uma classe por ela mesma, na luta contra a classe dominante.

Tanto para o MST, como também para a academia e pesquisadores em geral, está posto um novo desafio: o de compreender os elementos que compõem este novo sujeito, pois se trata de um público predominante na luta pela terra. Entender este novo sujeito ajuda na elaboração de estratégias de mobilização para luta e para implantação dos assentamentos. É este o principal sujeito que está estampado na bandeira viva da luta pela terra e pela reforma agrária. Caso este sujeito não se mobilize e não se constitua como camponês terá implicação direta na dinâmica do MST, porque o Movimento não se renovará.

Unidade para avançar: a luta pela Lei de Fortalecimento da Agricultura Camponesa e Familiar

O processo histórico da questão agrária no Brasil demonstra uma crônica dificuldade de relação entre campesinato e classe trabalhadora urbana. A primeira clivagem estrutural da questão agrária brasileira, aberta no período de decadência do sistema escravista, deriva da contradição entre a criação da Lei de Terras, que instaura a propriedade privada fundiária, e a abolição, criando uma massa de negros sem terra, enquanto reconfigurava o campesinato nacional com o estímulo à imigração europeia e asiática. Apesar dos grupos e movimentos abolicionistas, os negros foram vistos mais como classe trabalhadora ou lumpensinato urbano do que como trabalhadores camponeses.

Somente décadas mais tarde, a partir dos anos de 1940, outra clivagem agrária irrompe em nível nacional. As contradições das relações de trabalho do sistema de colonato somaram-se à negação da relação racial-camponesa e à crise do arcaico sistema fundiário e produtivo da agricultura brasileira permitiram a eclosão de lutas camponesas populares, como Trombas e Formoso, em Goiás, e as Ligas Camponesas. Somente após a consolidação dessas lutas que os partidos políticos de esquerda, tradicionalmente urbanos, perceberam o potencial destas organizações tanto de crítica às amarras do atraso intrínsecas ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro, quanto de portadoras de um projeto de reformas estruturais na sociedade daquele período.

Em certa medida a envergadura da resposta autoritária expressa pela ditadura empresarial-militar responde à qualidade que essa segunda clivagem assumiu, extrapolando a pauta reivindicatória sindical e organizando, ao mesmo tempo, uma pauta de mudanças estruturais com um considerável contingente de camponeses, de dimensões numéricas e extensão territorial jamais visto até então em solo brasileiro.

Talvez expressão qualitativa máxima dessa complexidade e força do movimento camponês pré-ditadura seja o Congresso Nacional Camponês, realizado em Belo Horizonte, em 1961. O congresso contou com mais de 07 mil participantes, sendo 1.600 delegados de 20 dos 21 estados brasileiros à época, e diversas representações dos operários urbanos, juventude e mulheres (Vasconcellos, 2010). Organizado pela União Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Congresso Camponês teve participação das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), tendo, portanto, total legitimidade política.

Dentre as suas polêmicas internas, a principal girava em torno da divergência de posição entre os comunistas do PCB e os delegados das Ligas, orientados por Francisco Julião. Para o PCB, era necessário acumular forças com conquistas a partir da pauta imediata dos camponeses, como uma lei que regulamentasse o arrendamento e a parceria. Por sua vez, as Ligas defendiam uma reforma agrária radical (não anticonstitucional, mas integral), sem qualquer mediação via regulamentação das práticas da burguesia agrária (Santos; Costa, 1997). O resultado final consagrou a perspectiva de Julião, reforçando a palavra de ordem “Reforma Agrária: Na Lei ou Na Marra!”. Como aponta um trecho da Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas³⁰² sobre o Caráter da Reforma Agrária,

A reforma agrária que defendemos e propomos diverge e se opõe frontalmente, portanto, aos inúmeros projetos, indicações e proposições sobre as pretensas "reformas", revisões agrárias e outras manobras elaboradas e apresentadas pelos representantes daquelas forças, cujos interesses e objetivos consultam sobretudo ao desejo de manter no essencial e indefinidamente o atual estado de coisas.

A reforma agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento agrário do país.

³⁰² Nome oficial do Congresso Nacional Camponês

Somente cinquenta anos depois deste Congresso Camponês as organizações sociais camponesas conseguiram superar as fraturas criadas pelos longos anos de repressão militar e embates com frações da burguesia agrária e industrial nacional e internacional e reconstruir um espaço similar, de unidade entre essas organizações. A esse momento se nomeou Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em agosto de 2012 no Distrito Federal.

A questão agrária teve mudanças qualitativas significativas nesses cinquenta anos, como visto anteriormente no artigo em tela. Fortalecido pela maciça representação no legislativo, pela parcialidade da Justiça em seu favor, e pela gradual aproximação com o governo liderado pelo PT, principalmente a partir do segundo mandato de Lula, e decisivamente com o Governo Dilma, o agronegócio avança sobre territórios camponeses, terras públicas e fronteiras agrícolas.

Esse processo é denunciado no documento de preparação do Encontro Unitário, intitulado *Pela Construção de um Modelo Alternativo de Agricultura*³⁰³. A amplitude das organizações articuladas na construção do Encontro Unitário é a justa medida dos impactos do avanço do agronegócio, do hidronegócio e da mineração. Os principais movimentos sociais agrários brasileiros (Via Campesina, CONTAG e FRETRAF) se uniram à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), à Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e diversos outros movimentos regionais.

O mesmo documento é contundente ao definir o que garantiu tal grau de articulação

O foco de unidade desses povos e grupos sociais neste Encontro é a luta pela terra, contra as muitas ameaças, que não obstante múltiplas particularidades, apresenta um denominador comum – a expansão sem limites de regras democráticas, do grande capital – auto denominado de agronegócio, sobre as terras e territórios de destinação social. Tal expansão se dá com frágil incorporação do trabalho assalariado regular e até mesmo com recorrência a formas similares ao trabalho (...). este estilo de expansão agrícola esvazia os campos e provoca superpopulação no espaço urbano, à marem de demandas explícitas do mercado de trabalho.

³⁰³ Cf. <http://encontrounitario.wordpress.com/page/5/>

(...)

O significado deste Encontro e do processo que este pretende desencadear é de três dimensões: política, no sentido da unidade dos movimentos sociais agrários em torno de agenda comum na luta pela terra, superando a fragmentação que permite ao governo federal ignorar sistematicamente demandas legítimas desta base social; social, no sentido da auto defesa contra as ameaças concretas de destruição social, cultural e física dos campesinatos brasileiros; histórica, no sentido de evocar e homenagear o meio século decorrido desde o I Congresso Camponês, de caráter nacional, ocorrido em Belo Horizonte em 1961.

Com mais de cinco mil participantes, esse Encontro Unitário pode ser considerado um marco fundamental da luta de classes, em sua dimensão agrária, ao construir consensos de análise da realidade e de perspectivas futuras. Dentre dez pontos de unidade, destacamos três, presentes na Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas³⁰⁴

- 1) A reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudanças na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas;
- 2) A soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território;
- 3) A soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.

³⁰⁴ Cf. em <http://encontrounitario.wordpress.com/>

A íntegra da declaração final demonstra um elevado grau de amadurecimento das organizações camponesas, contendo uma análise que articula diferentes ações e agentes do desenvolvimento capitalista contemporâneo e apontando bases consensuais importantes para um projeto de desenvolvimento do campo baseado no campesinato e na rearticulação campo-cidade. Aclamada pelos participantes e por todas as organizações e aliados, a declaração final transformou-se em base para a projeção de Encontros Unitários estaduais, que, apesar de algumas iniciativas, não conseguiram ser viabilizados.

A unidade camponesa é algo complexo e quando ocorre carrega consigo grande potencial não apenas de crítica, mas de respostas para o *porvir* que nutre o movimento de transformação. O estudo de Verges (2011) sobre essa unidade camponesa demonstra que “*La unidad clasista del campesinato no es nunca algo **dado**, sino resultado – posible más no cierto – de un **proceso** de convergencia, saldo de la siempre provisional unidade de una diversidad que jamás cede del todo y más bien se reproduce y profundiza*” (p. 17, grifos no original)

É nessa perspectiva que se insere os acontecimentos analisados nesse artigo. Neste trabalho buscamos compreender esse fenômeno de construção unitária de classe do campesinato à luz das lutas unitárias camponesas no estado de Goiás, em 2013. Envolvendo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Goiás (FETAEG), a FETRAF-GO, o MST e o Movimento Camponês Popular (MCP), essa articulação é tributária do Encontro Unitário, onde parcela considerável dos participantes era oriunda justamente do estado de Goiás, devido a sua proximidade com o Distrito Federal.

Diante da realidade anteriormente exposta sobre o campesinato goiano, e da fragilidade – ou ausência – de políticas e programas para o campo, seja pelo governo federal, seja, principalmente, pelo estadual, essas organizações articularam uma jornada de luta unificada para o dia 16 de outubro de 2013, Dia Mundial da Alimentação, data de luta dos movimentos camponeses em todo o mundo em defesa da Soberania Alimentar. As manifestações mobilizaram cerca de quatro mil camponeses e ocorreram em diferentes partes do estado, com trancamento de rodovias e com a ação central sendo a ocupação da Secretaria de Fazenda do estado, em Goiânia.

Como centro da pauta unitária estava a criação de um plano estrutural para a agricultura camponesa e familiar, baseado na dotação orçamentária de ao menos 3% do orçamento estadual anual para o fortalecimento da produção de alimentos saudáveis e apoio ao beneficiamento e co-

mercionalização dos mesmos. Outros pontos específicos, como infra-estrutura (estradas, luz e água nos territórios), fortalecimento do programa de habitação rural (criado pelo governo federal) e regularização fundiária das terras estaduais também compunham a pauta.

Essas mobilizações camponesas massivas, ocorridas ainda no bojo das Jornadas de Junho de 2013 e fruto de uma articulação histórica entre as principais forças agrárias do estado, receberam apoio da sociedade e obrigaram o governo estadual, reconhecidamente defensor do agronegócio, a abrir processo de negociação. A linha-mestra do discurso das organizações esteve balizada na produção de alimentos saudáveis e baratos para o povo goiano, em uma construção simbólica que supere a ruptura campo-cidade.

Nos parece que a articulação proposta por Verges (2011) lança luzes sobre a importância entre a conexão da pauta local – dos movimentos camponeses de Goiás – e sua articulação com a luta global por soberania alimentar,. Trata-se de um amarramento dialético de um campesinato incrustado no centro do agronegócio, que luta pela possibilidade de desenvolver suas práticas produtivas (materiais e simbólicas) no presente, sem deixar de assumir sua parcela de responsabilidade no *devir*

Globalidad e historicidade de las clases que no se reducen a un deber ser, a un postulado puramente deductivo, pues las sucesivas globalizaciones intensificaron sobremanera los flujos materiales y espirituales que recorren el planeta, mundializando al capital pero también estrechando los lazos de unión entre los subalternos y dándole sustancia a la mundialización desde abajo. (p. 14-15, grifos no original)

Assim como a realidade analisada pelo autor supracitado, tratando da unidade camponesa mexicana chamada *El campo no aguanta más*, a luta unitária camponesa goiana derivou em uma agenda de negociações com o governo estadual. As diversas pautas ditas emergenciais, de caráter pontual, foram distribuídas entre os órgãos do governo, mas para a criação da Lei da Agricultura Camponesa foi constituído um grupo de trabalho, com participação da Secretaria de Agricultura, Secretaria de Fazenda, EMATER estadual e dos movimentos sociais em luta, com mediação da Secretaria de Segurança Pública.

Dentre as questões exigidas pelos movimentos sociais estão: i) apoio tecnológico, produtivo e financeiro para sistemas agroecológicos de produção de alimentos; ii) garantia de assistência técnica e extensão rural; iii) apoio à implementação de agroindústrias de portes pequeno, médio e grande para beneficiamento dos produtos da agricultura camponesa; iv) estruturação de sistemas de transporte, armazenamento e comercialização da produção camponesa, por meio de compras institucionais, armazém e frigoríficos públicos e feiras e mercados da agricultura familiar e camponesa.

Tais ações serão garantidas por um fundo governamental, formato necessário para diminuir a margem de manobra do executivo no contingenciamento dos recursos, o que transformaria a conquista em uma arma de pressão e negociação a favor do Estado. Embora os movimentos tenham pautado um recurso anual para o fundo equivalente a 3% do orçamento estadual anual, as negociações estão trabalhando em valores iniciais equivalentes a 0,5% do orçamento.

Cabe aqui destacar que essa pauta, considerada estrutural, não anula ou secundariza a luta por terra e territórios. Ao contrário, é um movimento *par-e-passo* de fortalecimento dos territórios já conquistados/mantidos para também avançar na luta por novos territórios. Exemplo importante é a realização, ainda no esteio da luta unitária, da maior ocupação de terras realizada na história do MST-GO, no dia 31 de agosto de 2014, intitulada Dom Tomás Balduino³⁰⁵. A área, de propriedade do senador pelo Ceará Eunício Oliveira, foi ocupada por três mil famílias, a sua maioria oriunda da região metropolitana de Goiânia e cidades como Anápolis, Corumbá e mesmo do Distrito Federal.

Dentre os argumentos centrais do trabalho de base realizado com as famílias estava a possibilidade de elas assumirem um *novo projeto de vida*, balizado pela produção de alimentos saudáveis, o que responde às demandas urbanas e às demandas específicas de geração de renda das próprias famílias. Parece-nos que os elementos do programa agrário do MST, aprovado em fevereiro de 2014 em seu VI Congresso Nacional, que traz o conceito de Reforma Agrária Popular, dialogam de fato com as necessidades mais emergentes das massas subalternas que estão nas cidades. Em síntese, esse novo programa agrário entende que a reforma agrária necessita ser apropriada pela classe trabalhadora como um todo, superando a antiga formulação *terra para quem nela trabalha* para uma formulação superior, de terra para *todos que nela queiram trabalhar*.

³⁰⁵ Sobre a ocupação, cf. em <http://www.mst.org.br/node/16459> e demais matérias presente na página virtual do MST.

Dentre os elementos constituintes dessa elaboração, queremos destacar dois, como aprofundamento teórico proposto por este trabalho: soberania alimentar e território classista. Outros estudos e construções teóricas se fazem necessários.

Território e Soberania Alimentar: relações intra e interclasse

Os antagonismos de classe são o que move a história, mais precisamente a luta de classes que se trava em função deles (Oliveira, 2007; Sader, 2007). Partindo desse pressuposto, e dado o viés de classe no qual se sustenta, por exemplo, o conceito de soberania alimentar, pensar a consolidação do território exige, como já dito, um reposicionamento do Estado e de governos. Ainda que sejam no intuito de beneficiar a população, quando as ações e políticas públicas formuladas e efetivadas pelo Estado estão pautadas numa leitura que menospreza o significado real das contradições de classes, optando por se embasarem em teorias e análises (neo)liberais, há uma fragilização do que é mais importante no processo de territorialização (Fabrini, 2011): a capacidade de autodeterminação social.

Quando se retira o controle do processo produtivo do camponês, característica inegável do agronegócio, mesmo quando da inserção subordinada de frações do campesinato ao seu modelo de produção, termina-se por romper além dos vínculos de identidades tradicionais de seu trabalho e modo de vida, também com a projeção positiva do viver na terra, cuja histórica pejorativação desdobra de uma operação discursiva e prática que buscou e conseguiu incutir no imaginário popular que o campo/rural é o lugar do atraso e precisa, para se resignificar, receber os projetos de modernização/desenvolvimento.

Se esta já era uma realidade posta desde o século passado, ganha novo sentido à medida que o campesinato se reinventa. E nesse sentido emerge uma vez mais na história a necessidade de reposicionamento social e político desse sujeito, que em verdade é o responsável pela produção dos diversos gêneros alimentares que chegam à mesa do povo brasileiro (Marcos; Fabrini, 2010). E reconhecendo a importância da dimensão simbólica no que se refere à atração de novos indivíduos para o campo, e para a luta pela terra, não é plausível concordar com a postura de inserção do campesinato à ordem do capital por meio de sua financeirização/endividamento, como faz o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Oliveira, 2011). Tal mecanismo de inserção põe o campesinato numa situação de fragilidade e o deixa suscetível às investidas do agronegócio. É preciso uma territorialização efetiva.

O território não tem um valor em si, ele precisa de um valor para si (Souza, 2009), em um constructo inter-classista. As políticas públicas que se assentam em concepções liberais sobre território, não só são insuficientes, como minam as condições de organização social (Fabrini, 2011). Por isso é que Souza (2009) diz que a simples implantação de um assentamento não o coloca como território da reforma agrária, nessa concepção classista. É preciso a consolidação das condições de autodeterminação social para os assentados, bem como para os quilombolas, índios, ribeirinhos e todas as populações tradicionais. E essa determinação precisa estar vinculada aos interesses de classe, nesse caso da Reforma Agrária, aos objetivos que vão além da reestruturação fundiária. Foi para expressar esse entendimento que o MST no lema do seu 6º Congresso Nacional adicionou o adjetivo popular à sua luta, cunhando “Lutar, construir Reforma Agrária Popular”.

Ao ressignificar a reforma agrária, o MST aponta para a superação da leitura clássica de que essa é uma reforma construída entre campesinato e burguesia industrial contra uma burguesia agrária arcaica. Com a reconfiguração das forças produtivas engendrada pelo agronegócio, a reforma agrária torna-se projeto de uma nova aliança entre trabalhadores urbanos e campesinato. Um dos pilares dessa articulação intra-classe é a Soberania Alimentar.

O debate acerca da soberania alimentar é permeado historicamente pelo modelo de desenvolvimento da agricultura e conseqüente acesso e disponibilidade de alimentação para população mundial. A disputa de conceitos é marcada pela concepção diferenciada dos órgãos governamentais e dos movimentos sociais e as propostas de intervenção para mudar o atual quadro alimentar mundial.

No início do século este debate foi reforçado pela ONU, sendo que a FAO definiu segurança alimentar como “*o direito das pessoas em se alimentar em todos os momentos, ter uma alimentação que seja suficiente, segura e que atenda a necessidades nutricionais e preferências alimentares de modo a propiciar vida ativa e saudável*” (FAO, 1997). Mas apesar de haver concordâncias quanto ao diagnóstico de que há muita fome no mundo e que é necessário que as nações tomem medidas urgentes para combatê-la, existem propostas bem distintas de como resolver essa questão, tanto do ponto de vista conceitual quanto empírico (Campos;Campos, 2007).

Os conceitos oficiais não trazem de forma clara os elementos que questionem e coloquem em debate o modelo agrário e agrícola que de fato perpetua e agrava o estado de insegurança ali-

mentar das populações. Segundo Assunção (2012) dados da PNAD³⁰⁶ (IBGE, 2006) revelam que no meio rural encontra-se a maior prevalência domiciliar de insegurança alimentar moderada ou grave e, também, a maior proporção de população vivendo nessa condição. Enquanto na área urbana 11,4 % dos domicílios estão em condição de insegurança alimentar moderada e 6% grave; no meio rural as prevalências são 17% e 9%, respectivamente. Por mais contraditório que pareça, precisamos compreender que estes dados demonstram que não é possível “combater a fome” simplesmente aumentando a produção de algumas *commodities* e baixando o preço dos alimentos controlados por uma oligarquia fundiária e empresarial, pois a raiz do problema da fome se encontra em comunidades rurais que são *produtoras* de alimentos, mas lhes falta terra e apoio do Estado para viver com dignidade. Esse modelo de monocultivos e concentração da terra, associado com a histórica situação de pobreza no campo, engendra trabalhadores que produzem alimentos, mas comem com baixa diversidade e qualidade dos alimentos, e, às vezes, até baixas quantidades.

O conceito de Soberania Alimentar elaborado pelos movimentos sociais do campo articulados pela Via Campesina Internacional, em 1996, produziu a seguinte síntese de classe

[...] o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A Soberania Alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Declaração do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana, 2001).

Neste quadro a luta em relação à alimentação e a mudança do modelo agrícola, que envolve a realização da reforma agrária, se tornam fundamentais, estruturais e determinantes para a Soberania Alimentar. Isto significa uma mudança do modelo de produção e organização no campo,

³⁰⁶ Pesquisa nacional por amostra de domicílios- PNAD

resistência à apropriação dos recursos genéticos pelos grupos transnacionais e luta contra a padronização da cultura alimentar

O conceito de Soberania Alimentar, portanto, transcende o escopo de segurança alimentar, o qual normalmente está articulado com o Estado ou país como sujeito. Certamente é necessário que um país não seja dependente de importações para a segurança alimentar de sua população, e de modo importante a soberania nacional também está atrelada a certo nível de autossuficiência em produção alimentar. Todavia, a Soberania Alimentar baseia-se primeiramente em uma estratégia das classes camponesas, indígenas, quilombolas, e outras populações tradicionais e trabalhadores rurais para resistir à perda de seus territórios e a erosão de seus modos de vida, avançando em sua capacidade de autodeterminação e bem estar.

A crescente literatura sobre Soberania Alimentar inclui diversas discussões sobre quais são os sujeitos da Soberania Alimentar (Akram-Lodhi, 2013; McKay; Nehring, 2013): seria o Estado, por meio da criação de órgãos públicos ou incorporação do conceito nas leis nacionais? Ou seria alguma estrutura social mais “local” que o Estado - e assim como definir os limites de cada comunidade para fins de Soberania Alimentar? Ou seria melhor manter a definição dos sujeitos da Soberania Alimentar em termos de classe, primariamente o campesinato e outras classes tradicionais e de trabalhadores rurais? Mas então qual seria a relação dessas classes rurais com trabalhadores urbanos que consomem mais alimentos que produzem, e como esse projeto de aliança de classes transformaria o Estado e outras instituições de produção, processamento, e comércio agrícola? Estas são difíceis questões que ainda requerem maior elaboração e não podem ser ignoradas, pois a Soberania Alimentar não pode ser restringida a uma autarquia de Estado ou do nível “local”, muito menos reprodução caricaturada de uma visão romântica de um campesinato que produz exclusivamente para sua própria auto sustentação.

Para avançar das elaborações teóricas do conceito de Soberania Alimentar para as estratégias concretas de um projeto social, precisamos reconhecer algumas profundas contradições do atual sistema agro-alimentar organizado por grandes empresas transnacionais e interesses geopolíticos de Estados capitalistas. Estas contradições geram obstáculos para o desenvolvimento da Soberania Alimentar como um projeto coerente que unifique as classes trabalhadoras rurais e urbanas e transforme as relações entre países de capitalismo central e periférico.

Primeiramente, a industrialização da agricultura e a integração vertical de produção alimentar por grandes empresas de processamento e distribuição produz uma tendência de longo-

prazo de aumento de produção e declínio de preços de produtos agrícolas – especialmente grãos e produtos agrícolas que servem de insumos para indústrias, como soja, milho, cana-de-açúcar, e algodão. Esse processo tem beneficiado principalmente a elite financeira e industrial, e subsequentemente a classe trabalhadora urbana, pois a queda do preço dos alimentos barateia o custo de reprodução da classe trabalhadora urbana, mantendo salários baixos e aumentando os lucros das empresas.

Por outro lado, esse processo simultaneamente empobrece o campesinato e transfere riquezas dos setores rurais para os setores urbanos. Sendo que a pobreza e má-nutrição afetam desproporcionalmente populações rurais, a industrialização da agricultura e o crescimento de produção agrícola *aumentou* o número absoluto de pessoas vivendo na pobreza e com insegurança alimentar (Oliveira, 2009). O fortalecimento do campesinato e a redução da escala de produção industrial agrícola implica no aumento relativo dos preços dos alimentos, gerando na conjuntura atual uma contradição de interesses entre camponeses e trabalhadores rurais (Bernstein, 2013).

Ademais, essa concentração da produção nas mãos da elite financeira e industrial produz consequências ambientais e sociais que estão escamoteadas nos dados oficiais e das organizações patronais. Considerando os danos ambientais decorrentes do desmatamento, uso de agrotóxicos, homogeneização dos ecossistemas e perda de habitat natural para espécies que possuem múltiplas funções ambientais, além dos custos sociais decorrentes de intoxicação por agrotóxicos, empobrecimento do campesinato, migração rural para cidades sem estrutura para uma vida minimamente digna, e conflitos sociais gerados por esse modelo, percebe-se que a “eficiência” é uma construção ideológica, e o custo de alimentos industrializados não é nada barato do ponto de vista do desenvolvimento social.

Ambas as classes trabalhadoras rurais e urbanas encontram-se com interesses conjuntos na redução de agrotóxicos na produção rural e nos alimentos que consumimos. Ambas as classes trabalhadoras rurais e urbanas necessitam de um modelo de produção que seja realmente eficiente do ponto de vista holístico de desenvolvimento social. É nesse sentido que podemos entender a Soberania Alimentar como uma síntese construída historicamente diante das contradições do campesinato e da classe trabalhadora, e dos enfrentamentos com as classes dominantes, a partir da qual podemos avançar para um processo de questionamento radical das estruturas do sistema capitalista contemporâneo. Como síntese que se coloca em processo, no entanto, existem grandes desafios que estão colocados para a Soberania Alimentar enquanto esse projeto de classes subalternas, dos quais destacamos alguns à luz dos movimentos sociais do campo brasileiro.

O fortalecimento do campesinato, apontado anteriormente, depende de dois caminhos distintos, porém complementares: a realização da reforma agrária e reconhecimento dos territórios de quilombolas, indígenas, pescadores e demais povos do campo, das águas e das florestas, recompondo a força social dessa classe e reorganizando seu domínio sobre a terra e a água; e a reestruturação da matriz produtiva e tecnológica das frações tradicionais do campesinato, assoladas pela revolução verde, em um primeiro momento, e agora pelo agronegócio.

A base da Soberania Alimentar em uma perspectiva de classes está na garantia dos territórios camponeses - quilombolas, indígenas, ribeirinhos, de seringueiros, de pescadores e tantos outros - e na retomada de territórios apropriados pelo capital nacional ou internacional, por meio de uma reforma agrária ampla. Ao mesmo tempo, a agroecologia se evidencia como superação da subsunção real da agricultura não à indústria, mas sim ao capital financeiro internacional.

Esse “pilar” territorial ganha maior relevo com o avanço das biotecnologias e dos implementos de dispersão de agrotóxicos, uma vez que esse desenvolvimento das forças produtivas destrutivas leva, em uma escala muito curta de tempo, à contaminação de corpos d’água, dos solos e do material genético crioulo, contaminação essa de caráter irreversível. Não há possibilidade de avanços para Soberania Alimentar se o campesinato continuar “ilhado” em gigantescos territórios do capital financeiro-agrário-industrial, que, no médio prazo, tendem a fragilizar ainda mais essas comunidades. Justamente por isso é necessário pensar o território a partir da perspectiva de classe.

Considerações finais

A reforma agrária não tem sido prioridade para o Estado, tampouco para os governos federais, inclusive nessa etapa de governo petista. Mesmo os movimentos sociais de luta pela terra compondo o bloco histórico que consagrou um governo de centro-esquerda pela primeira vez no poder após a abertura do golpe militar, a questão, mesmo no âmbito da reestruturação fundiária, não foi compromisso cumprido, sendo tangenciada em pequenas e insuficientes ações.

Não obstante, há um cenário de reconhecimento, pelos próprios cidadãos, da importância da reforma agrária. As políticas sociais, sobretudo as efetivadas pelos governos petistas a partir de 2003, possibilitaram algumas fissuras na correlação de forças.. As parcerias institucionais, notadamente no que concerne à educação e ao processo produtivo, que viabilizam os programas como os de compra de alimentos, de educação para a reforma agrária, entre outros, trazem, ainda que de

forma débil, elementos do que deveria ser a ação estatal pela revalorização do campesinato. Tanto pelo conjunto da população, quanto por eles mesmos. Essa revalorização, aliada à construção/garantia de condições objetivas e subjetivas para que a juventude camponesa se mantenha no campo, é o elo mais forte na corrente de reprodução campesina, sobretudo diante dessa ressignificação do campesinato, ou seja, desse novo camponês.

Esse reconhecimento de que o simbólico também está em disputa, de que é preciso desde os primeiros momentos de organização da base imprimir uma perspectiva classista na construção coletiva, é o que capacita os movimentos sociais como sujeitos coletivos imprescindíveis para a elaboração teórica que a atualidade exige e para a elaboração de políticas públicas que criem fissuras na ordem vigente na perspectiva de sua autodeterminação, o que passa indubitavelmente pelo autonomia relativa do processo produtivo. E é isso que essa futura lei que estabelecerá um fundo para a agricultura camponesa efetiva. Ela consubstanciará um amálgama de avanços que se expressam em múltiplas determinações cotidianas, tanto objetiva quanto simbolicamente.

Ao garantir aos camponeses os meios para produzirem como historicamente o fizeram, e que hoje em dia tem sido tratado no plano teórico como agroecologia, aliando à garantia da compra da produção, o Estado cumpre seu papel e auxilia os camponeses a se autodeterminarem. Com isso, ganha o conjunto da população, tendo em vista o que representa e os impactos da cadeia produtiva do agronegócio, como foi exposto anteriormente, ganham os camponeses, que se veem valorizados, não só economicamente, com o investimento na produção e compra de seus produtos, como também simbolicamente, pelo papel que exercem na produção de alimentos saudáveis, e têm assim motivos para seguir se reinventando e, nessa dinâmica, resignificando o próprio sentido de desenvolvimento, traçando as marcas indelévels de outro projeto de país e de sociedade.

Referências

AKRAM-LODHI, A. H. How to build food sovereignty. Artigo n. 15 apresentado na Conferencia Internacional de Soberania Alimentar, Universidade de Yale, 14-15 de setembro, 2013. Disponível em http://www.yale.edu/agrarianstudies/foodsovereignty/pprs/15_AkramLodi_2013-1.pdf

ASSUNÇÃO. H., H., T., OLIVEIRA, I. L.; BARBOSA. R. C.; STURZA. J., A., I. A segurança e soberania alimentar: contribuição ao debate a partir de estudo no assentamento fazenda esperança em Rondonópolis – MT; XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária; Uberlândia-MG, 2012.

BERNSTEIN, H. Food Sovereignty: A Skeptical View. Artigo n. 1 apresentado na Conferencia Internacional de Soberania Alimentar, Universidade de Yale, 14-15 de setembro, 2013. Disponível em http://www.yale.edu/agrarianstudies/foodsovereignty/pprs/1_Bernstein_2013.pdf

CALAÇA, M.; INOCÊNCIO, M. E. Estado: o articulador do processo de modernização territorial no Cerrado. Espaço em Revista, v. 13, p. 81-106, 2011.

CAMPOS, C. CAMPOS, R. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (68). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>> [ISSN: 1138-9788]

FAO. Report of the World Food Summit. Rome: Food Agriculture Organization, 1997.

FORUM MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria. Declaración final. Havana, Cuba, 2001.

GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARCOS, V. de; FABRINI, J. E. Os camponeses e a práxis da produção coletiva. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MCKAY, B.; NEHRING, R. The 'State' and Food Sovereignty in Latin America: Political Projects and Alternative Pathways in Venezuela, Ecuador, and Bolivia. Artigo n. 57 apresentado na Conferencia Internacional de Soberania Alimentar, Universidade de Yale, 14-15 de setembro, 2013. Disponível em http://www.yale.edu/agrarianstudies/foodsovereignty/pprs/57_McKay_Nehring_2013.pdf

OLIVEIRA, A. U. A atualidade da questão agrária brasileira. 16 Nov. 2011. Entrevistador: Thiago Sebastião de Melo. São Paulo. Arquivo digital. 96 min.

OLIVEIRA, A. U. A geografia e os movimentos sociais. São Paulo: USP (digitado), 2007.

PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.;

PLOEG, J.D. Camponeses e imérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

PIRES, E. L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (ORGS). Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SADER, E. A vingança da história. 2 ed. (ampliada) – São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. Camponeses e política no pré-64. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 8, p. 83-17, 1997.

SAUER, S. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, J.G. Limites do Território. Revista Agrária (USP). São Paulo, nos 10/11, pp. 99-130, 2009.

SUZUKI, J. C. (org.). Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILLAS BOAS, R.L. Novo ciclo de modernização conservadora: indústria cultural e reconfiguração da hegemonia. Rebela, v. 01, p. 152-179, 2012.

VASCONCELLOS, D.V. Congresso Nacional Camponês: polêmicas agrárias. Estudos Sociedade e Agricultura, ano 18, v. 2, p. 472-479, out/2010.

VERGES, A.B. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de um continente colonizado. Quito: Ediciones La Tierra, 2011.

ŽIŽEK, S. Primeiro como tragédia, depois como farsa. Trad. Maria Beatriz de Medina. – São Paulo: Boitempo, 2011.